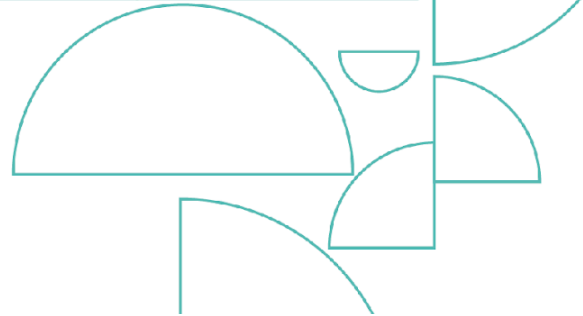


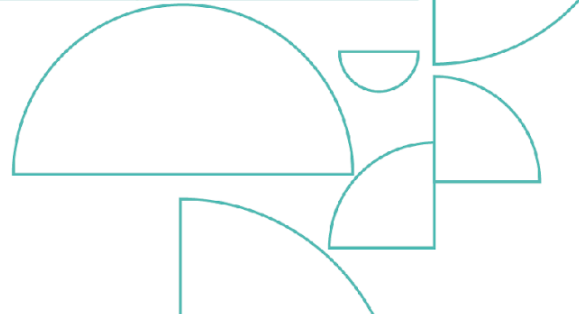
ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE OS CRITÉRIOS DE INDICADORES

QATC 10 – AUDITORIA DE CONFORMIDADE

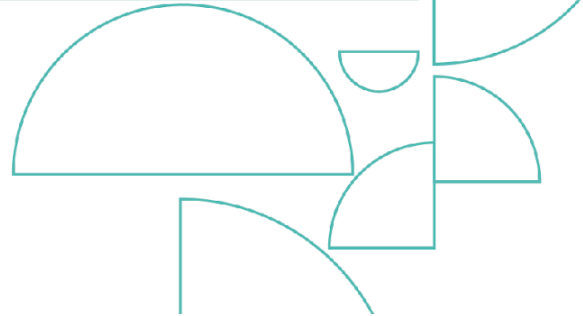
Questões	Orientações
10.1 Abrangência da auditoria de conformidade	
As auditorias de conformidade incluem as relativas às prestações de contas dos gestores da administração direta e indireta, e prestações de contas de convênios e ajustes congêneres, bem como as auditorias concomitantes de conformidade?	As auditorias de conformidade abrangem as auditorias/inspeções realizadas, desde que atendam os princípios e normas de auditoria de conformidade constantes das NBASP 400 e 4000. Podem ser consideradas: prestações/tomadas de contas; auditorias/inspeções concomitantes ou <i>a posteriori</i> .
Se o Tribunal de Contas realizar auditorias, mas numa quantidade inferior a 40% das entidades/áreas identificadas no plano global de fiscalização e auditoria, ainda assim a pontuação será zero?	Sim, pontuação zero, conforme regras da dimensão. Importante observar que os critérios da dimensão não se referem ao universo das entidades jurisdicionadas, mas à quantidade de entidades/áreas sujeitas à auditoria identificadas no plano global de fiscalização e auditoria.
Qual deve ser o ano em análise a que se faz referência na introdução aos critérios da dimensão 10.1?	Considerar o plano global de fiscalização e auditoria do penúltimo ano do ciclo avaliado, ou seja, o do exercício imediatamente anterior ao do término do período de avaliação.
Nos QATCs 10.1 , 11.1 e 12.1 mencionam auditoria em pelo menos x % das entidades/áreas sujeitas a auditoria no plano. Como evidenciar se o plano global de fiscalização não trouxe essa previsão de quais ou quantas entidades serão fiscalizadas, mas apenas a previsão de temas/linhas de atuação a	O plano global de fiscalização deve conter, ao menos, os requisitos constantes do critério 8.1.3, o qual estabelece: “O Tribunal de Contas conta com um plano global de fiscalização e auditoria ou documento semelhante que:” (...) “identifica o objetivo, os objetos a serem fiscalizados e/ou auditados; os tipos de fiscalizações e/ou auditorias;



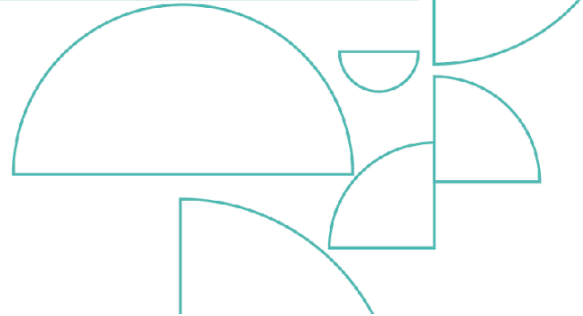
Questões	Orientações
<p>serem abordados? Nesse caso, entendo que não seria possível especificar um percentual</p>	<p>o período de realização e as unidades/áreas responsáveis para planejar, executar e acompanhar as atividades previstas;”</p> <p>Os objetos das auditorias, segundo a NBASP 100, referem-se à informação, condição ou atividade que é mensurada ou avaliada de acordo com certos critérios. Pode assumir várias formas e ter diferentes características, dependendo do objetivo da auditoria. Um objeto de auditoria apropriado é identificável e passível de avaliação ou mensuração consistente baseada em critérios.</p> <p>Nas auditorias financeiras, o objeto são os dados contábeis relacionados a uma entidade, normalmente apresentados na forma de demonstrações contábeis (NBASP 200).</p> <p>Os objetos das auditorias de conformidade podem ser entidades, atividades, operações, transações financeiras ou informações.</p> <p>Os objetos das auditorias operacionais podem ser programas, empreendimentos, sistemas, entidades ou fundos. Também podem incluir atividades (com seus produtos, resultados e impactos) ou situações existentes, inclusive causas e consequências.</p> <p>Isto posto, a identificação precisa dos objetos de auditoria/fiscalização são condições essenciais para a avaliação das dimensões 8.2 - Controle e Execução do Plano Global de Fiscalização e Auditoria, 10.1 - Abrangência da Auditoria de</p>



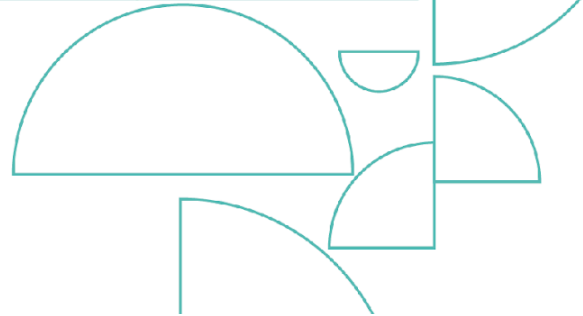
Questões	Orientações
	Conformidade, 11.1 - Abrangência da Auditoria Operacional e 12.1 - Abrangência da Auditoria Financeira.
10.3 Processo da auditoria de conformidade	
Para fins de evidenciação por amostragem, é possível utilizar de instrumentos de fiscalização de outras naturezas como, por exemplo, Acompanhamentos ou Inspeções, caso esses tenham tido caráter de conformidade?	Não basta o caráter de conformidade para que um instrumento de fiscalização seja considerado suficiente para evidenciar o atendimento deste indicador. Para que uma auditoria/fiscalização seja utilizada como evidência faz se necessário o atendimento dos demais requisitos previstos na NBASP 400 – Princípios de auditoria de conformidade, os quais estão resumidos no próprio QATC 10 – Auditoria de Conformidade. Em outras palavras, o procedimento de fiscalização deve estar aderente ao que estabelece a citada NBASP que inclui o atendimento dos requisitos de planejamento, documentação, critérios, evidências e de conteúdo do relatório.
Se o plano de auditoria não contemplar todos os requisitos devidamente documentados, tendo atendido mais de 50%, ainda assim poderá pontuar?	Não, só serão aceitos os planos devidamente documentados, contemplando todos os requisitos necessários (escopo, objetivos, objeto, época, extensão dos procedimentos e critérios).
Onde deve ser registrada a identificação dos usuários do relatório?	No plano de auditoria e no relatório final.
Onde deve ser registrada a avaliação do ambiente de controle e os controles internos?	A documentação da auditoria (PTs) deve contemplar a avaliação do ambiente de controle e os controles internos, incluindo informações do objeto auditado: objetivos relevantes, as operações, o ambiente regulatório, estrutura organizacional, principais responsáveis, processos



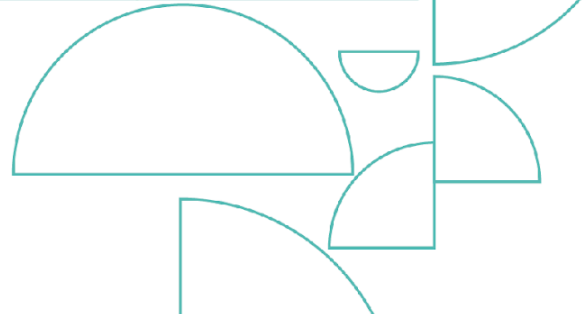
Questões	Orientações
	<p>relevantes, o os controles internos, o sistema financeiro e outros sistemas e processos de negócio, pesquisando as potenciais fontes de evidência de auditoria</p>
<p>Onde deve ser registrada a avaliação dos riscos inerente, de controle e de detecção?</p>	<p>A identificação e a análise dos riscos devem ser registradas em documentação da auditoria, incluindo a definição da metodologia utilizada. O resultado desta análise deve constar no Plano de Auditoria.</p>
<p>Item 8.2.7 – “Durante o planejamento das auditorias de conformidade, o Tribunal considera o risco de fraude”.</p> <p>Quanto a esse critério pode ser juntada evidência que contenha riscos de modo genérico, já que os achados podem decorrer de erro ou fraude, que será apurada a natureza quando da evidenciação da irregularidade? ou tem que conter explicitamente quais riscos são tendentes a evidenciar a ocorrência de fraude?</p>	<p>Durante a etapa de planejamento das auditorias, é importante identificar, separadamente, os riscos de fraude e os riscos de erro, a fim de viabilizar a definição dos distintos procedimentos a serem adotados para a detecção de cada caso.</p> <p>É isso que se extrai dos itens 26, 59 a 62, 226 da NBASP 4000, transcritos a seguir:</p> <p>26. (...) Fraude é um ato intencional de distorção e é um elemento que vai contra a transparência, a <i>accountability</i> e a boa gestão.</p> <p>59. O auditor precisa identificar e avaliar os riscos de fraude e obter evidências de auditoria suficientes e apropriadas sobre os riscos avaliados, por meio de planejamento e implementação de respostas adequadas.</p> <p>60. (...). O risco de não detectar um ato ilícito resultante de fraude é maior que o risco de não detectar um resultante de erro. Isso ocorre porque</p>



Questões	Orientações
	<p>a fraude pode envolver esquemas organizados planejados para ocultá-la, falha deliberada ao registrar transações ou falsas declarações intencionais feitas ao auditor. Tais tentativas de ocultação podem ser ainda mais difíceis de detectar quando acompanhadas de conluio.</p>
<p>Como identificar se a materialidade foi considerada em todas as fases do processo?</p>	<p>A materialidade é frequentemente considerada em termos de valor, mas também tem outros aspectos quantitativos e qualitativos. Na auditoria de conformidade possui aspectos quantitativos e qualitativos. A materialidade deve ser considerada para fins de planejamento, avaliação da evidência obtida e relatório. A análise da materialidade, em todas as fases da auditoria, deve estar registrada em documentação de auditoria (PT)</p>
<p>Onde devem estar registradas as informações sobre a entidade/objeto auditado?</p>	<p>Em documentação de auditoria (PT), contemplando análise e conclusão.</p>
<p>Que tipo de comunicação deve ser considerada?</p>	<p>Atas de reuniões, correspondências ou outros instrumentos formais.</p>
<p>Os programas/procedimentos de auditoria devem ser formalizados em todas as fases da auditoria? Como identificar a execução do procedimento e/ou a justificativa do(s) caso(s) de não execução?</p>	<p>Registros em documentação de auditoria (PT)</p>
<p>Como identificar a evidência?</p>	<p>A evidência de um achado deve estar registrada em documentação de auditoria (PT), a exemplo de: originais de ofícios, cartas, relatórios ou outros documentos emitidos pelo fiscalizado ou por terceiros endereçados à equipe; cópias de documentos; fotografias ou mídias contendo arquivos de dados, de vídeo ou de áudio;</p>



Questões	Orientações
	<p>extratos de entrevista, consolidações de respostas a questionários;</p> <p>planilhas de cálculos, quadros comparativos, demonstrativos e outras evidências construídas pela equipe a partir de fontes de informação internas ou externas ao órgão/entidade fiscalizado.</p>
<p>O critério está relacionado com a fraude de não realizar uma auditoria que deveria ter sido feita? Ou a fraude detectada durante a realização de uma auditoria?</p>	<p>O critério refere-se aos casos de fraudes, ou indícios de fraudes, detectadas durante a realização de uma auditoria/fiscalização.</p>
<p>Caso não tenha ocorrido uma situação que indicasse fraude em processo de auditoria no período avaliado pode ser considerado como não se aplica? Já que há normativos regimentais que demonstram a forma como devem ser conduzidos os processos quando ocorrer tal situação.</p>	<p>Sim. A redação do critério avalia se, nos casos de descumprimentos que possam indicar fraude, a equipe de auditoria toma medidas formais cabíveis para garantir que elas sejam respondidas adequadamente no âmbito do Tribunal de Conta. Se existem casos indicativos de fraude e não foram devidamente tratados, o critério não foi atendido. Se não ocorrerem tais situações, não é possível avaliar nem evidenciar a aplicação do critério. A resposta correta é "não se aplica".</p>
<p>Os itens que constam no critério são exemplificativos ou taxativos? Ou seja, para atender o critério, todos os itens devem ser atendidos?</p>	<p>O rol dos itens é taxativo, pois são essenciais a uma auditoria, segundo as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público. Ou seja, todos os itens do critério devem ser atendidos.</p>
<p>Qual a referência estabelecida para definição de tempestividade no critério?</p>	<p>Esse critério se refere à elaboração do relatório pela equipe, que deve coincidir com o prazo estipulado para isso no planejamento da auditoria. Geralmente é de até 3 meses no máximo e coincide com o encerramento do trabalho.</p>



Questões	Orientações
<p>Com relação ao critério, considerando que nas orientações específicas sobre os critérios dos indicadores consta que o prazo é de 3 meses a partir da data planejada, qual o percentual mínimo de processos para atender esse critério? Caso se tenha, como exemplo, mais de 70% dos relatórios de auditoria elaborados em até 90 dias após a entrega da Prestação de Contas, pode-se entender que o critério está atendido?</p>	<p>O critério não estabelece uma gradação na avaliação em função da quantidade de processos de auditoria concluídos tempestivamente. O referencial para considerar a tempestividade dos processos é o normativo interno do Tribunal que fixe tal prazo, inexistindo este, considerar-se-á o cronograma fixado para cada auditoria.</p>
<p>Os itens que constam no critério são exemplificativos ou taxativos? Ou seja, para atender o critério, todos os itens devem ser atendidos?</p>	<p>Com exceção dos itens J e K, os quais dependem de o gestor enviar ou não considerações e de haver necessidade ou não de recomendações, os demais são taxativos e não exemplificativos. Ou seja, com exceção dos J e K, para atender o critério, os demais itens devem ser atendidos.</p>
<p>No critério não consta informação no campo "Exemplos de Evidências".</p> <p>Neste caso, podemos considerar como evidência os Relatórios de Auditoria e/ou os Acórdãos, onde constem tais determinações/recomendações?</p>	<p>O propósito do critério é avaliar se, quanto à execução das auditorias, todas as determinações e recomendações de auditoria são escritas de forma clara e concisa e são dirigidas aos responsáveis pelo seu cumprimento.</p> <p>Portanto, os exames, por amostragem, de relatórios de auditoria, podem trazer evidências para o cumprimento do critério.</p>
10.4 Apreciação da auditoria de conformidade	
<p>A dimensão 10.4, que trata da apreciação da auditoria de conformidade, inclui o julgamento de contas?</p>	<p>A inclusão do julgamento de contas para atendimento da dimensão 10.4 dependerá da realização de auditoria de conformidade nas</p>

MMD-TC

MARCO DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO
DOS TRIBUNAIS DE CONTAS



Questões	Orientações
	respectivas contas, segundo os princípios as normas constantes das NBASP 400 e 4000.

